A Meta, Milei e a Marcha: a narrativização e circulação jornalística da violência anti-gênero na América Latina[1]

Meta, Milei, and the Pride March: Hournalistic Narratives and Circulation of Anti-Gender Violence in Latin America

Larissa Pelúcio[2]
Fernanda Pasian[3]

Resumo: *O estudo busca analisar como a informação a respeito da população LGBTI+ circulou em produções jornalísticas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Uruguai, durante o período de 1º de dezembro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025. A abordagem metodológica incluiu métodos qualitativos e quantitativos, com a configuração prévia de 31 filtros no Google Alerts, contendo palavras-chave relacionadas aos temas da pesquisa e personalizados conforme idioma e país, e resultou na sistematização de 750 produções jornalísticas. O material foi registrado em uma planilha, seguindo categorias pré-determinadas acerca do tipo de fonte, tema, formato e menção à violência digital, de dados ou algorítmica. Os resultados indicam que, ainda que limitado, o método utilizado mostrou-se útil para captar os modos como o campo informacional na América Latina é tensionado por eventos políticos e por reconfigurações nas políticas de empresas de tecnologia.*

Palavras-Chave: *LGBTI+. Jornalismo. América Latina.*

Abstract: *The study seeks to analyze how information concerning the LGBTI+ population circulated in journalistic productions in Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Cuba, Mexico, and Uruguay between December 1, 2024 and February 28, 2025. The methodological approach combined qualitative and quantitative methods, including the prior configuration of 31 filters in Google Alerts, containing keywords related to the research themes and customized by language and country. This process resulted in the systematization of 750 journalistic pieces. The material was recorded in a spreadsheet, following pre-established categories regarding type of source, theme, format, and references to digital, data-related, or algorithmic violence. The results indicate that, although limited, the method proved useful in capturing the ways in which the informational field in Latin America is shaped and contested by political events and by reconfigurations in the policies of technology companies.*

Keywords: *LGBTI+. Journalism. Latin America.*

[1]Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

[2] Livre-Docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas, professora de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação no campus da Unesp-Bauru. E-mail: larissa.pelucio@unesp.br

[3] Doutoranda em Comunicação no PPGCom/Unesp, com pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). E-mail: fernanda.pasian@unesp.br

1. Setecentos e cinquenta tons da violência - uma introdução

Discurso del Presidente de la Nación, Javier Milei, desde el Foro de Davos, Suiza
(Casa Rosada Presidencia - Javier Milei, 23 de janeiro de 2025, Argentina)

Meta publica em português nova política que permite associar público LGBTQIA+ a doenças mentais
Alteração nas políticas de discurso de ódio ocorreu na terça-feira (7), mesmo dia em que empresa anunciou fim do sistema de checagem de fatos. Versão em português para o Brasil foi atualizada nesta quinta (9). (G1 - Por Marcelo Tuvuca, Darlan Helder, 9 de janeiro de 2025, Brasil)

Argentina: activismo LGBTI+ convoca a una "marcha del orgullo antifascista" en rechazo a declaraciones de Milei en el Foro de Davos
(La Diaria - Sem autoria - 27 de enero de 2025, Uruguai)

As duas manchetes que abrem este artigo se juntam à divulgação feita pela página oficial da Casa Rosada, sede do governo executivo central argentino. Esse material faz parte de um conjunto de 750 textos jornalísticos prospectados em equipe como parte de nossos esforços investigativos para compreender de que maneira as violências contra direitos LGBTI+ praticadas nas plataformas e por meio delas são tratadas no universo semântico comum do jornalismo da América Latina.

Foram três meses de intenso monitoramento em produções jornalísticas de sete países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Uruguai, durante o período de 1º de dezembro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025. Ao examinar essas narrativas, buscamos compreender como as violências digitais são reconhecidas (ou silenciadas) como problema político, que estatuto recebem nas agendas públicas e como se articulam às discussões sobre soberania de dados, regulação de plataformas e proteção de direitos LGBTI+ (GIMENES; CLARO, S/D), aparecem na mídia jornalística comercial, pública e independente.

O foco concentrou-se na análise das formas de narrativização dessas experiências. O que exigiu que estivéssemos atentas às escolhas semânticas, enquadramentos morais e recortes temporais que tornam certas interpretações mais plausíveis do que outras. Perguntamos como essas violências são descritas, classificadas e hierarquizadas no discurso midiático, quais categorias são mobilizadas para torná-las compreensíveis e quais silêncios acompanham essa operação.

Examinamos, portanto, os regimes de verdade (FOUCAULT, 1992) que autorizam determinadas leituras e desautorizam outras, bem como as lógicas de poder que atravessam a

produção da notícia. Tratamos de observar como o jornalismo participa da construção pública do sentido dessas violências, ora reconhecendo sua dimensão estrutural, ora individualizando conflitos, diluindo responsabilidades ou convertendo agressões em controvérsias. É nesse plano discursivo que se disputa o estatuto da violência, a legitimidade das denúncias e o próprio valor das vidas afetadas.

Metodologicamente, combinamos métodos qualitativos e quantitativos, utilizando o *Google Alerts* como ferramenta para monitorar conteúdos online. Após uma fase de testes, configuramos 31 alertas, contemplando diferentes tópicos, países e idiomas. As informações foram inseridas em uma planilha, organizada por categorias previamente definidas, o que resultou na sistematização de 750 produções jornalísticas.

Este artigo se insere, portanto, em um esforço mais amplo de compreender as tecnopolíticas contemporâneas da vida, no qual corpos, sujeitos dissidentes e coletivos militantes são impactados e, mesmo, passam a se constituir a partir de regimes algorítmicos que combinam vigilância, plataformização e colonialismo de dados. Para tanto, apresentamos os primeiros resultados do trabalho em desenvolvimento inserido no projeto Universal Políticas públicas LGBTI+ na América Latina e Caribe: Mapeamento de iniciativas do Estado e da sociedade civil para reparação de violações históricas e enfrentamento às formas reatualizadas da violência.

2. Meta, Milei e a Marcha

Na última década, na América Latina, abateu-se sobre os crescentes movimentos feministas e LGBTI+ um cenário reativo e persistente de violação de direitos. À chamada “agenda antigênero” (PRADO; CORRÊA, 2018; MIGUEL, 2021), mobilizada por setores conservadores, somou-se o orquestrado desmonte de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e da diversidade, especialmente com a ascensão de governos alinhados a pautas moralizantes e reacionárias (BIROLLI; VAGGIONE, 2020). Paralelamente, consolidou-se um ambiente comunicacional profundamente transformado pela expansão do acesso à internet móvel, pelo barateamento dos serviços de conexão e pela centralidade crescente das redes sociais digitais na circulação de informações e opiniões.

Relatórios regionais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe indicam que, ao longo da década de 2010, houve aumento expressivo da conectividade, especialmente por meio de smartphones, o que ampliou o alcance das plataformas digitais inclusive em

contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica (CEPAL, 2020). Nesse cenário, aplicações de mensageria instantânea como o WhatsApp tornaram-se canais privilegiados de difusão de conteúdos políticos, muitas vezes apresentados como "notícias" compartilhadas em circuitos fechados de confiança. Pesquisas sobre o Brasil e outros países latino-americanos demonstram que o aplicativo passou a desempenhar papel central em campanhas eleitorais e na disseminação de desinformação, especialmente a partir de 2018 (EVANGELISTA; BRUNO, 2019).

Diante desse contexto, perguntamo-nos de que modo tais processos vêm sendo abordados nas produções jornalísticas, considerando que o jornalismo é também um espaço de tradução do mundo social, da economia à política, da ciência à cultura, para públicos ampliados. Traduzir não é simplificar de forma empobrecedora, trata-se de tornar inteligíveis processos complexos sem reduzi-los ao simplismo (MORAES, 2022). Assim, a própria dimensão do humano e de humanidade recebe sua versão nos textos aqui explorados.

Fabiana Moraes e Jorge Ijuim (2023, p.85), tensionam a forma como o jornalismo vem pensando o humano a partir da branquitude, da heterossexualidade e do masculino.

> Torrico Villanueva (2017) identifica como o campo da comunicação absorve radicalmente a hierarquização de pessoas que sustenta a própria modernidade, sendo lugar de criação e reprodução de discursos que, em nome da ordem e do progresso (e do "mercado", da "democracia", etc.), sustentaram genocídios e outros apagamentos.

Outro aspecto central da análise diz respeito ao fato desses fenômenos e movimentos estarem profundamente imbricados às redes sociotécnicas e às plataformas digitais. Não porque tenham necessariamente emergido nelas, mas porque esses ambientes se tornaram estratégicos na disputa de narrativas políticas, na circulação ampliada de discursos de ódio e na disseminação de desinformação em larga escala. É nesse ecossistema que políticas corporativas, declarações de lideranças políticas e reações de movimentos sociais passam a produzir efeitos transnacionais quase imediatos.

Essa dinâmica ficou particularmente visível em dois momentos do período analisado, ambos responsáveis por um aumento significativo na cobertura jornalística dos tópicos monitorados. O primeiro foi a repercussão após o comunicado das mudanças nos Padrões da Comunidade, que compõem as Políticas da Meta, em 7 de janeiro de 2025. O segundo momento foi desencadeado pelo discurso de Javier Milei durante o *World Economic Forum*, realizado em Davos, em janeiro de 2025. Na ocasião, o presidente argentino afirmou que, "em suas versões

mais extremas, a ideologia de gênero constitui abuso infantil, pura e simplesmente. Eles são pedófilos". A repercussão do discurso, proferido em 19 de janeiro, gerou uma série de reações críticas, que culminaram na realização da Marcha Federal del Orgullo LGBTQNB+ Antifascista y Antirracista, no dia 1º de fevereiro de 2025.

Antes de analisarmos criticamente esses dois momentos e a reação ao segundo deles, apresentamos o caminho metodológico que orientou sua seleção e tratamento analítico. Ambos foram escolhidos porque emergiram de forma recorrente no monitoramento sistemático realizado ao longo do período delimitado. A intensificação da cobertura jornalística, a circulação ampliada nas redes sociotécnicas e a articulação entre decisões corporativas, declarações estatais e mobilização social indicaram tratar-se de acontecimentos com forte capacidade de reconfigurar o debate público.

3. Percurso metodológico

Para entender como a informação acerca da comunidade LBGTI+ circula e é produzida na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Uruguai, utilizamos o *Google Alerts*, uma ferramenta gratuita que permite o monitoramento de conteúdos indexados pelo mecanismo de busca Google. A principal motivação para automatizar a etapa de busca e não fazê-la de modo manual, foi assegurar uma maior cobertura geográfica, considerando a quantidade de países contemplados no estudo e um acompanhamento contínuo.

Os alertas são personalizados de acordo com a frequência das notificações, que pode ser: quando disponível, no máximo uma vez ao dia, no máximo uma vez por semana; por tipo de fonte (automático, notícias, web, blog, etc), por idioma, por região, que apresenta a lista de países e quantidade, na qual é possível escolher entre "somente os melhores resultados" ou "ver todos". Também há um campo para informar para qual e-mail o alerta será enviado. No caso deste estudo, criamos um endereço exclusivo para armazená-los e organizar o trabalho.

A definição dos termos monitorados resultou de um processo coletivo. Realizamos uma reunião de trabalho com pesquisadoras e pesquisadores com trajetória consolidada no campo das políticas digitais e dos direitos LGBTI+, na qual discutimos categorias recorrentes no debate público e possíveis variações terminológicas. Esse diálogo foi fundamental para evitar escolhas arbitrárias e para incorporar léxicos já estabilizados na área.

Passamos, paralelamente, à leitura exploratória de um conjunto de notícias previamente selecionadas, com o objetivo de identificar os termos mais frequentemente mobilizados na

cobertura jornalística e mapear nuances semânticas que pudessem escapar a categorias mais genéricas. A combinação entre escuta qualificada da equipe e observação empírica do noticiário permitiu refinar o vocabulário de busca.

Tabela 1
Alertas da etapa de teste

Termo	Área de abrangência	Idioma e tipo de resultado
Derechos LGBTI+	Argentina	Espanhol, somente os melhores resultados
Violencia algoritmica Violencia digital LGBT latinoamerica Brecha de datos LGBT Filtración de datos LGBT	Qualquer região	Espanhol, todos os resultados
Seguridad LGTBIQA+	Argentina	Espanhol, todos os resultados
Direitos LGBTI+	Brasil	Português, somente os melhores resultados
Políticas públicas para população LGBTQIA+	Qualquer região	Português, somente os melhores resultados
Violência digital LGBTI+ América Latina Segurança digital LGBTQIAPN+	Brasil	Português, todos os resultados

FONTE - AUTORAS, 2026.

No período de testes, compreendemos que termos mais específicos, como "políticas públicas para a população LGBTQIA+", “violência algorítmica”, e “segurança digital LGBTQIAPN+”, não resultaram em materiais suficientes. Além disso, "violência digital" apresentou poucos resultados, majoritariamente focados em violência de gênero contra mulheres cis. Identificamos, ainda, que a redução da sigla LGBTQIAPN+ para LGBT aumentava a abrangência da coleta, uma vez que usos diversos da sigla são comuns no mesmo país e entre países. Observamos que muitos veículos utilizam a sigla de forma reduzida e que, na maioria das vezes, as mudanças apareciam após a letra T.

A partir dessas observações, ajustamos os tópicos que seriam monitorados, considerando o idioma e todos os países contemplados na pesquisa (TAB. 2). A configuração dos alertas foi realizada no dia 30 de novembro de 2024, em um e-mail destinado exclusivamente para essa finalidade, para que o material estivesse disponível para acesso e seleção a partir do dia 1º de dezembro de 2024, que marca o início do período definido para o trabalho.

Tabela 2
Alertas configurados para monitoramento

Termo	Área de abrangência	Idioma e tipo de resultado
Derechos LGBT Políticas públicas LGBT Violencia LGBT	Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, México, Uruguai	Espanhol, todos os resultados
Direitos LGBTI+ Políticas públicas LGBT Políticas públicas trans e travestis Violência LGBTI+	Brasil	Português, somente os melhores resultados
Seguridad LGTBIQA+	Argentina	Espanhol, todos os resultados
Violencia algoritmica Violencia digital LGBT latinoamerica Brecha de datos LGBT Filtración de datos LGBT	Qualquer região	Espanhol, todos os resultados
Violência digital LGBTI+ América Latina Segurança digital LGBTQIAPN+	Brasil	Português, todos os resultados

FONTE - AUTORAS, 2026.

A etapa de testes também contribuiu para construir categorias analíticas que nos ajudassem a compreender como a informação circula nesses países. Além disso, foi fundamental para definir os parâmetros de seleção do material. Em relação ao conteúdo, o critério foi mencionar a comunidade LGBTI+, seja pela sigla ou menção à identidades ou orientação sexual. Quanto ao formato dos textos, consideramos notícia, reportagem, artigo, coluna de opinião, editorial, entrevistas, perfil, dossiê e outros formatos jornalísticos. Selecionamos apenas textos

completos disponíveis para leitura online, sem nenhum tipo de restrição de acesso, como assinaturas pagas ou mediante cadastros prévios e exibição de anúncios. Trabalhamos com os países pré-estabelecidos no início da pesquisa – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México e Uruguai – e consideramos a localização geográfica dos veículos. Desse modo, as produções de veículos localizados em outros países da América Latina ou da Espanha, sem sede ou correspondentes nos países do lócus investigativo, foram descartadas. O material de veículos e portais que não disponibilizavam informações institucionais, como expediente, quem somos, endereço e formulário de contato, também foi eliminado, pois compreendemos que se tratava de reprodução de notícias para fins publicitários.

Quanto às categorias, nos baseamos em técnicas de análise de conteúdo e registramos: título da notícia, tipo de fonte (se a produção estava vinculada à órgãos público, mídias privadas, tradicionais, com fins lucrativos ou organizações independentes, como comunitária, autogestionada, agências de checagem, "jornalismo com causa", entre outras; nome do veículo ou órgão público, editoria, país ou área de abrangência, data de notícia, tema principal (definido em uma ou outras palavras, como, por exemplo: direitos, políticas públicas, violência), formato (notícia ou reportagem, entrevista, coluna ou artigo de opinião, editorial, etc), autoria (como nome das/os jornalistas, comunicadoras/es ou assinatura da redação), presença ou ausência entrevistas, descrição da fonte (nome e ocupação), se há menção à violência digital, nas mídias/redes sociais e menção à violência de dados ou violência algorítmica.

Para este artigo, optamos por priorizar somente parte das categorias e discutir resultados que dialogam diretamente com os objetivos propostos. A motivação desse recorte deve-se à densidade do material e a necessidade de contextualizar os fatos. Ressaltamos que todos os países contemplados no lócus investigativo

Em relação ao tema principal das 750 produções jornalísticas catalogadas, destacamos: Direitos (188 textos), Violência (160 textos), Política (87 textos), Eventos (79), Marcha Federal del Orgullo LGBTQNB+ Antifascista y Antirracista (62 textos), Saúde (23 textos), Redes e plataformas (19 textos). Observamos a presença de outras dimensões temáticas, como arte, cultura, entretenimento, memória, imigração, pesquisas e projetos, que apareceram em menor escala e, ainda, situações em que não é possível definir um único tema, porque há articulação de dois ou mais eixos.

3.1 Novas regras da Meta

Houve um aumento expressivo na cobertura jornalística sobre violência digital contra a população LGBTI+, a partir de 7 de janeiro de 2025, quando Mark Zuckerberg, fundador, presidente e CEO da Meta, anunciou uma série de mudanças nas políticas da empresa. Em vídeo, informa a intenção da empresa em retomar a liberdade de expressão, a substituição da checagem de fatos nos Estados Unidos pelas notas da comunidade, a redução da potência dos filtros de violação política, a volta dos conteúdos políticos e um trabalho conjunto com o governo de Donald Trump, na época, recém-empossado como presidente dos Estados Unidos, de combate à censura em outros países.

Sem moderação, a violência digital como conjunto de práticas de agressão, coerção, vigilância, exposição, perseguição ou silenciamento mediadas por tecnologias digitais e infraestruturas de dados, os discursos contra segmentos sociais minorizados passou a ser permitido sob a alegação de que moderá-los seria similar a censurá-los.

As mudanças nos "Padrões da Comunidade", que integram as Políticas da Meta, se aplicam a "todas as pessoas no mundo inteiro e a todos os tipos de conteúdo, incluindo conteúdo gerado por IA" e definem o que é ou não permitido nos conteúdos produzidos e publicados no Facebook, Instagram, Messenger e Threads. Entre as alterações na seção de "Condutas de ódio", que disponíveis na Central de Transparência, uma delas teve repercussão impactam questões de gênero e diversidade:

> Permitimos alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, considerando discursos políticos e religiosos sobre transgenerismo e homossexualidade, bem como o uso comum e não literal de termos como "esquisito", diz o texto com as novas diretrizes (META, 2026).

Das 15 produções, do conjunto de 750, que mencionam "Meta" no título, a maioria é proveniente de veículos localizados no Brasil (11), seguida por México (2) e Argentina (1), além de uma produção de um veículo com cobertura latino-americana. Destacamos que, no contexto brasileiro, há um momento de repercussão dos fatos, sobretudo da associação da população LGBTQIA+ a doenças mentais, seguida pela reação de movimentos sociais, como quando a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) protocolou representação no Ministério Público Federal (MPF) contra a Meta.

A nossa análise mostra, ainda, que houve repercussão ao longo do período analisado de como essas mudanças da Meta influenciaram decisões de outras empresas de tecnologia, que

reduziram as iniciativas voltadas à diversidade e inclusão e a exclusão do Dia do Orgulho do calendário do Google.

Amparada na Constituição dos Estados Unidos da América, a Meta não cedeu, mesmo diante das duras críticas vindas de diferentes setores da imprensa. Diante das repercussões negativas na chamada “grande imprensa", mas também em veículos independentes, os movimentos sociais argentinos foram às ruas.

3.2 O discurso e a marcha

Em Davos, Javier Milei exerceu toda sua retórica ultraliberal-conservadora: usou palavras de baixo calão, atacou minorias e comparou e chamou os estudos de gênero de “ideologia de gênero", associando-a “abuso infantil” e chamando homossexuais masculinos “pedófilos", atacou imigantes, tudo em nome da “liberdade”.

A repercussão do discurso, proferido em 23 de janeiro de 2025, provocou uma onda de críticas à Milei, porém também houve manifestações de apoio, que culminaram em uma maior cobertura jornalística no período. Um dos motivos é que uma das reações foi a organização da *Marcha Federal del Orgullo LGBTQNB+ Antifascista y Antirracista*, realizada no dia 1º de fevereiro de 2025, que reuniu mais de 200 mil pessoas em Buenos Aires, gerou manifestações em outras 26 cidades argentinas e em outros países.

A mobilização não se restringiu às organizações LGBTQNB+. Estiveram presentes sindicatos, organismos históricos de direitos humanos, partidos de centro e de esquerda e coletivos do campo cultural. Essa composição mais ampla indica que as falas presidenciais foram percebidas para além de um ataque a “minorias”. O que estava em jogo, na leitura de quem foi às ruas, era um horizonte democrático mais amplo, ameaçado por uma retórica que transforma direitos em privilégios indevidos e políticas públicas em “discriminação positiva”.

A retórica de Javier Milei, ao acionar o repertório da “ideologia woke” se inscreve numa circulação transnacional de discursos conservadores que articla ultaliberalismo econômico a cruzadas morais contra feminismos, políticas antirracistas e dissidências sexuais. Trata-se de uma gramática que atravessa os Estados Unidos, ganha força em setores da Europa e encontra na América Latina um terreno de ressonância. A resposta argentina também dialoga com redes regionais de resistência e reinscreve o orgulho como categoria política.

No cenário contemporâneo, aquele contemplado pelo material apurado por nós, é flagrante a disputa em torno da produção de verdade sobre corpo, gênero e sexualidade. Ao

associar dissidências a perigo infantil, o discurso presidencial busca instaurar o pânico moral, reorganizando as fronteiras do aceitável e legitima a retração de direitos. Ao ocupar as ruas com corpos, bandeiras e palavras de ordem, ela afirma que direitos não são concessões benevolentes do Estado, mas conquistas históricas forjadas em embates públicos. É nesse confronto que se delineia o sentido político do orgulho.

O jornal *Perfil* destaca justamente o deslocamento que líderes ultraconservadores têm feito, abandonado a economia como elemento de disputa para a batalha cultural contra o "wokismo"; *La Nación*, no dia seguinte ao discurso de Milei, o conecta ao projeto de lei do governo para revogar cotas e leis para pessoas transgênero, documentos de pessoas não-binárias e feminicídio como agravante penal. A *Agencia Presentes*, mídia regional e independente que tem como área de abrangência a América Latina, se concentra nas respostas da população LGBTI+ ao discurso com "una serie de desinformaciones, falacias, mentiras y manipulación", com denúncias na justiça e mobilizações sociais.

O assunto não só esteve em destaque após o discurso, mas seguiu até fevereiro, em razão da organização da *Marcha Federal del Orgullo LGBTQNB+ Antifascista y Antirracista*, realizada no dia 1º de fevereiro de 2025, que reuniu mais de 200 mil pessoas em Buenos Aires, gerou manifestações em outras 26 cidades argentinas e em outros países. Catalogamos 62 textos que contêm a *Marcha del Orgullo* como tema central. A cobertura captura tensões, ambivalências e pontos de vista diferentes sobre a marcha, expondo as motivações que justificam apoio ou rechaço. É o caso da entrevista da entrevista de Agustín Baletti para Mauricio Caminos, do elDiarioAR, "*dispuesto a hablar como un mileísta LGBTQ+ que rechaza por completo la marcha antifascista*", que afirma que "Yo estoy todavía esperando que Milei me quite un derecho como bisexual o como persona LGBT. Porque la excomunidad LGBT decía que íbamos a perder derechos. Yo creo que no perdemos nada, de hecho ganamos" (elDiarioAR, 2025).

Ao ocupar as ruas com corpos, bandeiras e palavras de ordem, a marcha recoloca em cena aquilo que Judith Butler chama de política performativa da assembleia. *Em Corpos em aliança e a política das ruas*, Butler argumenta que a presença corporal no espaço público não é mero efeito de uma demanda já formulada; ela própria produz a reivindicação. Corpos que se reúnem tornam visível uma precariedade compartilhada e, ao mesmo tempo, afirmam a legitimidade de existir, aparecer e demandar.

3.3 Nomeando a violência

Os termos específicos relacionados às violências configurados nos filtros, como violência digital, violência algorítmica e violência de dados, são pouco mencionados na cobertura jornalística. A violência algorítmica frequentemente potencializa a violência digital, na medida em que os sistemas de recomendação, ranqueamento e moderação ampliam a circulação de conteúdos hostis, recompensam dinâmicas de engajamento baseadas na polarização e contribuem para a invisibilização seletiva de determinados sujeitos e pautas. Desse modo, aquilo que aparece como agressão episódica entre usuários está, muitas vezes, ancorado em decisões infraestruturais que estruturam o campo de visibilidade e moldam as condições de possibilidade do próprio conflito.

No entanto, observamos o uso de diferentes terminologias e expressões para abordar esse fenômeno, entre eles: violência online, violência de gênero digital ou são abordados a partir da "gestão do medo", dos "direitos digitais", resumidos como "regras da Meta", encontramos também 'discursos de ódio e desinformação', entre outros. A análise mostra o surgimento de um novo campo semântico, com termos e discursivos que ainda não estavam amplamente presentes que nortearam a configuração das palavras-chave dos filtros utilizados para monitorar a produção jornalística no período.

Identificamos a presença de expressões diversas para abranger o assunto e públicos afetados. Essas variações reforçam a necessidade de um monitoramento contínuo das terminologias empregadas na cobertura midiática, para garantir que a análise acompanhe os deslocamentos conceituais que emergem no debate público.

Destacamos que modificar retrospectivamente os critérios estabelecidos nas configurações dos alertas poderia gerar inconsistências na comparação temporal dos dados já coletados. Assim, garantimos que o impacto dessas mudanças discursivas fosse contemplado sem comprometer a estrutura metodológica previamente definida, por meio da busca por termos que identificamos como mais comuns à cobertura, como, por exemplo, "regras da Meta". Por exemplo, a reportagem "Grupo trans aciona MPF após Meta permitir associar LGBT com doença", da Agência Brasil, destaca *Violência online* para tratar do texto protocolado por organizações no MPF contra a Meta.

> Organizações que atuam por direitos no ambiente digital, reunidos na Coalizão Direitos na Rede e na Al Sur, publicaram nota alegando que as mudanças na moderação de conteúdo da Meta promovem a violência de gênero e impulsionam os grupos que divulgam discursos de ódio, desinformação e outras violações de direitos humanos.

> As novas medidas propostas pioram a situação ao negligenciar os impactos reais dessas práticas de violência online", afirmam as cerca de 60 organizações que assinam o documento, como o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), o Intervozes, e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). (Agência Brasil, 2025).

O fenômeno aparece também nas entrevistas concedidas por ativistas, como em "*El 2024 fue el año más violento para la comunidad LGBT en México*", publicada por Jonathan Padilla, no jornal "El Sol de México".

> Tengo miedo de que mi persona y mi vida se vean afectadas por personas que desconocen la ciencia y las leyes. El Gobierno debe garantizar los derechos de la comunidad y evitar estos crímenes", dijo a El Sol de México, Charlotte Lascuráin, influencer transgénero quien expone que desde que comenzó su proceso de transición, ha recibido distintos tipos de agresiones, principalmente por medio de redes sociales. (El Sol de México, 2025).

Ao reunir esses registros, torna-se possível observar como as transformações nas políticas das plataformas se articulam a contextos políticos mais amplos, marcados por ofensivas antigênero e pelo fortalecimento de discursos ultraconservadores. O que aparece nas matérias não é apenas uma controvérsia sobre moderação de conteúdo, mas uma disputa sobre quais vidas podem circular com segurança no espaço digital e sob quais condições.

Considerações finais

A reconfiguração do campo informacional latino-americano sobre a população LGBTI+ abarca transformações nas políticas e infraestruturas das plataformas digitais a um contexto conservador que toma o gênero como molécula política, isto é, como unidade elementar de mobilização moral, pânico social e reorganização de projetos de poder. Nesse cenário, mudanças aparentemente técnicas nas regras de moderação, nos critérios de visibilidade e nos sistemas de recomendação passam a operar como mediadores centrais da disputa pública, incidindo sobre quais violências são reconhecidas, quais discursos circulam e quais vidas se tornam inteligíveis.

Como viemos de apresentar, a articulação entre ofensivas antigênero e reconfigurações infraestruturais tendem a intensificar a circulação de discursos hostis, além de tensionar os próprios regimes de verdade que estruturam a cobertura jornalística. O resultado é um campo informacional atravessado por disputas semânticas, no qual categorias como direitos humanos, liberdade de expressão e proteção de dados são mobilizadas de modo desigual, revelando

deslocamentos nas formas de narrar e atribuir responsabilidade às violências dirigidas a segmentos LGBTI+.

Propomos, ainda que, nesse contexto, acaba por emergir um campo semântico que ainda não está consolidando, no qual categorias como "violência digital", "direitos digitais" e "violência algorítmica" aparecem de forma desigual, revelando tensões entre a leitura estrutural das violências e sua tradução episódica ou individualizada.

A análise da cobertura jornalística sobre violência digital teve como objetivo situar as violências contra pessoas LGBTI+ como um enfoque relevante para pensar nas lógicas de circulação da informação jornalística relacionada a esses segmentos. Entre as limitações, reforçamos que o uso de uma ferramenta de monitoramento e alertas, bem como as palavras-chave inseridas nos filtros, pode ter restringido o acesso à produção jornalística do período, uma vez que a análise indicou a subrepresentação de países como Chile e Cuba e um campo semântico em construção para descrever as violências praticadas em meios digitais, com termos não previstos inicialmente na definição dos filtros.

Ao tratar violência algorítmica e de dados como dimensões indissociáveis, reconhecemos que os sistemas de decisão automatizada refletem desigualdades sociais e as renovam sob novas camadas. Essa abordagem nos aproxima de uma análise em que os algoritmos e filtros de moderação de produtos tecnológicos não operam em abstração: são treinados, alimentados e atualizados a partir de escolhas humanas, muitas vezes marcadas por vieses coloniais, cisheteronormativos e raciais. Isso exige um olhar que se comprometa com a construção de outras formas de existir e operar modos de resistência nos territórios digitais. Em um cenário de crescente autoritarismo e tecnopolíticas regressivas, cabe a nós disputar os imaginários e reconfigurar as infraestruturas da cidadania digital.

Por fim, destacamos que esses resultados preliminares fazem parte da primeira etapa de levantamento "Políticas digitais, enfrentamento a violência algorítmica e ao colonialismo de dados", do projeto "Políticas públicas LGBTI+ na América Latina e Caribe: Mapeamento de iniciativas do Estado e da sociedade civil para reparação de violações históricas e enfrentamento às formas reatualizadas da violência", financiada pelo CNPq, que segue em andamento. Nesse sentido, estimamos que estudos futuros contemplem uma busca direta em um conjunto específico de veículos jornalísticos e/ou nas seções de notícias de órgãos públicos. Outras possibilidades, já em andamento, envolvem a inserção de alertas com as variações terminológicas identificadas durante a análise mencionada neste artigo.

Mais do que expandir o corpus, procuramos mapear e analisar como o próprio léxico que organiza a inteligibilidade pública da violência aparece na linguagem jornalística. A violência que atinge grupos politicamente minorizados não decorre de um suposto imperativo técnico, como se a tecnologia operasse de forma autônoma e inexorável. Ao contrário, as arquiteturas informacionais são alimentadas por esse mesmo campo discursivo que naturaliza desigualdades, traduz preconceitos em parâmetros operacionais e transforma disputas morais em critérios algorítmicos.

Referências

BIROLI, F.; VAGGIONE, J.M.; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.

CEPAL. **Universalizar el acceso a las tecnologías digitales para enfrentar los efectos del COVID-19**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020.
D'ANDRÉA, Carlos. Pesquisando plataformas online: conceitos e método. Salvador: EDUFBA, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 23a. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.p.1-14.

EVANGELISTA, Rafael; BRUNO, Fernanda. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. **Internet policy review**, v. 8, n. 4, 2019.

GIMENES, Veronyka; CLARO, Amanda. Nota conceitual rede feminista de inteligência artificial para américa Latina. Associação **Código Não Binário**. S/ANO. Disponível em https://codigonaobinario.org/wp-content/uploads/2025/10/03-TybyrIA_NotaConceitual.pdf. Acesso em 21/02/2026.

LACERDA, Igor; FREITAS, Ricardo Ferreira; DE AGUIAR BRENNAND, Jorgiana Melo. DIVERSIDADE PARA QUEM? Ascensão e queda das políticas de diversidade, equidade e inclusão no Facebook/Meta. **COMPÓS**. 2025.

META. Conduta de ódio. Padrões da Comunidade. 2025. Disponível em: https://transparency.meta.com/policies/community-standards/hateful-conduct/. Acesso em: 13 fev. 2026.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Arquipélago Editorial, 2022.

MORAES, F.; IJUIM, J. K. Repensar a "humanidade": limites de um conceito na imprensa e apontamentos para superar a desumanização. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 22, n. 42, 2023. Disponível em: https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/967. Acesso em: 27 dez. 2025.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

PRADO, Marco Aurélio, CORREA, Sônia.. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

SOUZA, Juliana Inez Luiz de; CERQUEIRA, Carla Preciosa Braga; SOUZA, Nelson Rosário de; EDUARDO, Maria Cecília."Ideologia de gênero" como instrumento político nos jornais do Brasil e de Portugal. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, p. 1-15, 2022.

SOUZA, Juliana I. L.; EDUARDO, Maria Cecília. Disputas discursivas na mídia: A cobertura dos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo sobre gênero e diversidade sexual nos planos de educação. **Agenda Política**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 222-254, 2020.

SOUZA, Nelson R.; SOUZA, Juliana I. L.; DRUMMOND, Daniela. A cobertura do jornal Gazeta do Povo nas questões de gênero e diversidade sexual nos planos de educação. **Ação Midiática**, Curitiba, n. 15, p. 101-119, 2018. Disponível em https://bit.ly/35D4oOk.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da "ideologia de gênero" no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 62, 2021.

DA SILVA ZAGO, Gabriela; BASTOS, Marco Toledo. Visibilidade de notícias no Twitter e no Facebook: análise comparativa das notícias mais repercutidas na Europa e nas Américas. **Brazilian journalism research**, v. 9, n. 1, p. 116-133, 2013.